

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Mensagem (SF) nº 36, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “a”, e o art. 101, parágrafo único, da Constituição, o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, Advogado-Geral da União, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.*



Relatora: Senadora **ELIZIANE GAMA**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Mensagem (MSF) nº 36, de 2021, do Excelentíssimo Presidente da República, que indica o Sr. André Luiz de Almeida Mendonça ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

No dia 27 de novembro, tive a honra de ser convidada pelo Presidente desta CCJ, Senador Davi Alcolumbre, para relatar a referida indicação, o que ora em diante passo a fazer.

Primeiramente, cumpre ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, nossa Corte maior, e tal como ocorre em todos os países do mundo, é composto por indicados de notório saber jurídico, honorabilidade e comprometidos claramente com a Constituição e a democracia. Além do mais, ele precisa representar o tecido social contemporâneo, estar em sintonia com os valores de sua época, até mesmo para poder bem decidir os fatos que lhe chegarem às mãos para julgar.

Desde a indicação do senhor André Luiz de Almeida Mendonça assistimos a uma quantidade significativa de questões envolvendo sua

vertente religiosa, fazendo-a se sobrepor ao debate da exigência constitucional do notório saber jurídico e da reputação ilibada.

Nesse sentido, ao se escolher um Ministro para a Suprema Corte devemos nos ater à preservação do estado moderno, laico e democrático. É importante salientar com ênfase e vigor que a reforma protestante foi um vetor fundamental para a construção da democracia ocidental, tal como a conhecemos hoje. Nas constituições dos Estados Unidos, do Brasil e dos países europeus, o pensamento da reforma está presente e plasmado em letras gloriosas.

A reforma protestante, ao lado de outros movimentos e correntes político-filosóficas como o liberalismo democrático, o positivismo e o pensamento social e progressista, prestou importantíssima contribuição para se construir o postulado da separação entre Igreja e Estado como um princípio fundamental das democracias.

E essa separação foi fundamental para que a liberdade religiosa se afirmasse mais plenamente, de modo a que as perseguições às opções de culto deixassem de existir, pelo menos na forma como a conhecemos na Europa em séculos passados e, ainda hoje, em outros países mundo a fora. É bom lembrar que, no Brasil, essa conquista ocorreu com a Constituição de 1946.

Além de contribuir para a ampliação dos direitos individuais, o pensamento reformista, segundo estudiosos e historiadores, também estaria na base dos virtuosos ciclos do desenvolvimento econômico e do fortalecimento da economia de mercado, ao valorizar, sobretudo, o trabalho como dimensão ética, o qual, posteriormente, ganha o apoio do pensamento social. Ou seja, equivocam-se aqueles que debitam à reforma o atraso e o conservadorismo reacionário. Se há casos assim no interior do movimento reformista, cabe destacar que não fazem parte de sua característica dominante.

Nos últimos 500 anos é impossível falar do conhecimento humano, do avanço da ciência, da revolução tecnológica sem citar os reformistas e os protestantes. No campo da física, por exemplo, disciplina tida como essência da matéria, há vários protestantes ganhadores do Prêmio Nobel. Todos os credos permeiam a inteligência humana, com galhardia e brilho.



Portanto, por se tratar do indicado um integrante do movimento protestante, recai sobre ele grandes responsabilidades e compromissos para com o Estado laico e a democracia, temas que serão o centro da inquirição que faremos no dia de hoje, a qual tende a ser histórica. Um momento importante para afirmar princípios republicanos e também para superar preconceitos, muitos deles artificiais e reforçados por falas enviesadas do próprio Presidente da República.

Somos conscientes, nossa tradição nos insere no que se convencionou chamar de democracia ocidental-cristã. Em nosso país não prosperaram nem prosperarão modelos de estado como o teocrático. O nosso Estado não é denominacional, embora seja aberto à colaboração com as instâncias sociais, aí incluídos todos os credos.

Até para que possamos ter um pronunciamento claro e inquestionável por parte da Comissão, entendo que a fase de inquirição, que agora iniciamos, será muito importante. É nesse momento, e aqui, que o indicado mostrará seus valores, conhecimento e compromissos públicos para com a nação.

Passando ao relatório, assinalo, por pertinente, que este trabalho é circunscrito, nos termos regimentais, a informar o currículo e o histórico do candidato tal como consta das informações inseridas nos autos do processo de indicação. Os esclarecimentos mais detalhados e as indagações mais profundas certamente advirão da sabatina, que em seguida haveremos de proceder, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade e da legalidade.

As pessoas indicadas aos cargos que exigem a sabatina deste Senado Federal, nos termos do inciso III do art. 52 da Constituição Federal (CF), precisam apresentar declarações e certidões específicas, conforme mandamento do art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Nesse contexto, o Sr. André Mendonça encaminhou a citada documentação, com mais de 150 páginas, que passo a resumir a fim de que esta Comissão delibere sobre a escolha munida de amplas informações.

O indicado é natural de Santos-SP, nascido em 1972. Formou-se em Direito em 1993, pela Instituição Toledo de Ensino, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo. Em 1997, tornou-se advogado da Petrobras e, em 2000, Advogado da União – em ambos os casos, após regular aprovação em concurso público. Na advocacia pública, desempenhou importantes funções, tanto na Advocacia Geral da União (AGU) – onde atuou como



Corregedor, chefe de diversos setores e responsável pelas demandas estratégicas daquele órgão, quanto na Controladoria-Geral da União (CGU), para onde foi cedido a fim de assessorar os Ministros daquela pasta. Entre 2019 e este ano, ocupou, sucessivamente, os cargos de Advogado-geral da União, Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, e voltou ao posto máximo da AGU, de onde só saiu após ser indicado à vaga no STF aberta pela aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Mello.

No âmbito acadêmico, André Mendonça concluiu especialização em Direito Público na Universidade de Brasília (2009), Mestrado em Estratégias Anticorrupção e Políticas de Integridade na Universidade de Salamanca, na Espanha (2013) e Doutorado em Direito na mesma Instituição (2018). No seu Doutorado, aliás, foi-lhe concedida a menção maior daquela Universidade, *maxima cum laude*. É professor visitante da Instituição Espanhola e leciona Direito Constitucional em cursos de Graduação e na Escola Superior da AGU, onde inclusive lidera grupos de pesquisa.

Ainda nesse âmbito, o indicado exerceu atividades acadêmicas, como professor, em cursos de graduação e de pós-graduação, na Instituição Toledo de Ensino, na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro; na Faculdade Mackenzie, de Brasília, e na Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca. E participou, como membro, de bancas de pós-graduação em Salamanca e no Centro Universitário de Brasília, como registra o currículo encaminhado a esta Casa.

Proferiu aulas magnas, palestras e conferências, tendo como objeto as mais diversas questões jurídico-constitucionais, em centros acadêmicos e instituições profissionais, além de congressos jurídicos.

O indicado é ainda autor de obras jurídicas, seja em coautoria ou individualmente, tais como: “Negociación en casos de corrupción: fundamentos teóricos y prácticos” (Editora Tirant Lo Blanch, 2018); “La validez de la prueba en casos de corrupción (Editora Tirant Lo Blanch, 2018)”;

“Los criterios para la mensuración del valor del enriquecimiento ilícito y perjuicios causados por actos corruptos” (Revista da AGU, vol. 15, n. 4, p. 65-88, 2016); “La gestión de la información y la recuperación de activos procedentes de la corrupción” (Revista General de Derecho, nº 47, janeiro de 2019); “O novo papel da advocacia pública consultiva no século XXI” (Editora D'Plácido, 2020); “Democracia e Sistema de Justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal” (Editora Fórum, 2020).



Recebeu premiações e homenagens, dentre elas: Prêmio Extraordinário de Doutorado conferido pela Universidade de Salamanca; Diploma de Mérito do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF); Prêmio Extraordinário de Mestrado conferido pela Universidade de Salamanca; Prêmio INNOVARE.

Constam em seu currículo as seguintes distinções honrosas, títulos e medalhas: Ordem do Mérito, no grau Grã-Cruz, do Ministério da Defesa e Forças Armadas; Medalha de Mérito “Pr Paulo Leivas Macalão”, da Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil; Medalha Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau Grã-Cruz, do Superior Tribunal Militar (STM); Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União, no grau Chanceler da Ordem; Medalha de Honra ao Mérito Braz Cubas, da Câmara Municipal de Santos (SP); Troféu Dom Quixote de La Mancha, do Instituto Justiça & Cidadania (IJC) e da Confraria Dom Quixote; Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera, no grau Grã Cruz, do Governo de Goiás; Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande Oficial, do Presidente da República Federativa do Brasil; Ordem do Mérito Rio Branco, no grau de Grã Cruz, do Presidente da República Federativa do Brasil; Grande Colar Tres Heróis Brasileiros – Drei Brasilzmsche Helden, da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura; e, Ordem do Mérito Militar, no grau de Grande Oficial, do Presidente da República Federativa do Brasil.

Segundo os documentos acostados, o indicado: a) não possui participação societária; b) atuou em diversos tribunais, nos últimos cinco anos, como decorrência de sua função pública; c) não possui parentes até o 3º grau em postos comissionados ou políticos da União; d) figura como parte em ações judiciais, especialmente ações populares que discutem sua atuação como AGU; e) não possui dívidas com o Fisco.

Anoto, por pertinente, que o Sr. André Mendonça, em sua documentação encaminhada a esta Comissão, nos termos regimentais, aduz a argumentação escrita, que conclui nos seguintes termos “*são as considerações que reputo pertinentes para demonstrar um pouco da minha história de vida e, sobretudo, do meu comprometimento com os valores e princípios mais nobres da constituição, do Estado Democrático de Direito e do serviço público brasileiro, credenciando-me, se aprovado a tanto, a exercer com o mesmo denodo as elevadas funções de Ministro do Supremo Tribunal Federal.*”



Por fim, ressalta-se que o senhor André Mendonça honrou a administração pública como servidor dedicado e diligente, e constata-se o seu notório saber jurídico e reputação ilibada, atendendo aos requisitos constitucionais previstos no art. 101 da Carta Magna.

Ante o exposto – por se tratar de apreciação à qual a Constituição impõe o caráter secreto (art. 52, III) – considero que este Colegiado se encontra em plenas condições de opinar informada e ponderadamente sobre a indicação do Sr. André Luiz de Almeida Mendonça ao cargo de Ministro do STF.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

